

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO

Pedro Velloso Aléssio

**AS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES NO PROCESSO  
DE ECOLOGIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO  
CENTRO DO RS**

Santa Maria, RS  
2021

**Pedro Velloso Aléssio**

**AS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES NO PROCESSO DE  
ECOLOGIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR  
NO CENTRO DO RS**

Artigo produzido como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Ciências sociais Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria.

Orientador: Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto

Santa Maria, RS  
2021

**Pedro Velloso Aléssio**

**AS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES NO PROCESSO DE  
ECOLOGIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR  
NO CENTRO DO RS**

**Aprovado em 25 de agosto de 2021.**

**Everton Lazzaretti Picolotto, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

**Mari Cleise Sandalowski, Dr. (UFSM)**

**Felipe Ferrari da Costa, Me. (Unicamp)**

Santa Maria, RS  
2021

## RESUMO

# AS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES NO PROCESSO DE ECOLOGIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO CENTRO DO RS

AUTOR: Pedro Velloso Aléssio

ORIENTADOR: Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto

As preocupações ambientais contemporâneas têm influenciado os projetos de agricultura das organizações de agricultores familiares e as suas ações na busca de transição para padrões de agricultura ecológica. Este artigo tem por objetivo analisar o processo de incorporação da dimensão ambiental pelas organizações de representação de agricultores familiares e assentados de reforma agrária na região Central do Rio Grande do Sul. Para tanto, foi realizado um estudo de caso na região e os dados de pesquisa aqui analisados foram obtidos por entrevistas semiestruturadas, realizadas com lideranças destas organizações, bem como pesquisa documental e bibliográfica a cerca da temática. Os resultados apontam que o processo de modernização da agricultura trouxe problemas de ordem econômica, social e ambiental para a agricultura familiar na região. Dentre os problemas mais ressaltados estão: a excessiva especialização em poucas atividades produtivas (monoculturas), a forte dependência dos agricultores frente a agentes externos e os riscos ambientais e à saúde humana. Diante desta situação, a perspectiva de ecologização da agricultura utilizada pelas organizações do campo pode ser visualizada: através de projetos para superação dos problemas advindos da crise socioambiental (cada uma delas de sua forma); nas iniciativas de reconstruir os mercados e forjar neles uma participação mais autônoma dos agricultores (feiras, venda direta, mercados institucionais); através do diálogo e estabelecimento de alianças com outros setores da sociedade para fortalecer a perspectiva da produção de alimentos sob critérios socioambientais. Neste sentido, um dos aspectos que mais chama atenção no caso estudado são os valores diferenciados que passam a ter nos canais locais de comercialização os produtos chamados de agroecológicos, orgânicos e coloniais. Tanto consumidores quanto produtores reconhecem nestes produtos valores positivos e estes valores fortalecem os laços sociais entre ambos.

**Palavras-chave:** agricultura familiar; organizações de agricultores; agroecologia; região central do RS.

## ABSTRACT

# FARMERS' ORGANIZATIONS IN THE PROCESS OF ECOLOGIZATION IN FAMILY FARMING IN THE CENTER OF RS

AUTHOR: Pedro Velloso Aléssio  
ADVISOR: Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto

The contemporary environmental concerns have influenced the family farming agriculture projects in their actions in the search for transition to ecologic farming standards. This article aims to analyze the process of incorporation of the environmental dimension by the family farming representative organizations and agrarian reform settlers in the central region of Rio Grande do Sul. For that purpose, a case study was held in that region, and the research data presented in this article were got using semi-structured interviews, held with the leadership of these organizations. The results show that the modernization process of the agriculture has created problems in economic, social and environmental order for the family farming in this region. Among the most marked problems are the specialization in a few productive activities (monoculture), the strong farmers dependency related to the external agents and environmental and human health risks. In front of that situation, the perspective of agriculture greening process used by the rural organizations can be viewed as projects to overcoming of the problems created by socioenvironmental crisis (each one of them in their own way); in the initiatives to rebuild the markets and forge in them a more autonomous participation of the farmers (fairs, direct sales, institutional markets); dialogue and establish partnerships with other sectors of society to strengthen food production prospect following socioenvironmental criteria. In this regard, one of the aspects what is most striking in the studied case is the differentiated value that the products called agroecological and organics have in the colonial commercialization channels. Both producers and consumers recognize in these products positive values and these factors strengthen the social bond between them.

**Key words:** family farming; farmers organizations; agroecology; central region of RS.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. Introdução .....</b>   | <b>07</b> |
| <b>2. As organizações de agricultores familiares e assentados do Centro do RS .....</b>  | <b>10</b> |
| <b>3. Modernização da agricultura, condicionamentos das monoculturas e alternativas visualizadas .....</b>                         | <b>12</b> |
| <b>4. A ecologização da agricultura no Centro do RS, as oportunidades geradas e a estratégia de diversificação produtiva .....</b> | <b>15</b> |
| <b>5. Feiras, produtos coloniais e relações de confiança .....</b>   | <b>21</b> |
| <b>6. Dificuldades de realização do projeto de ecologização da agricultura familiar no Centro do RS .....</b>                      | <b>26</b> |
| <b>7. Considerações finais .....</b>   | <b>28</b> |
| <b>8. Referências .....</b>  | <b>31</b> |

## 1. Introdução

A construção do tema ambiental, como uma grande questão do período contemporâneo, tem influenciado a definição da agenda de diversos atores sociais. As organizações de representação de agricultores familiares, seguindo esta tendência, têm incluído em seu repertório de demandas e em seus projetos de porvir, a perspectiva de apoio às formas e técnicas de produção mitigadoras de impactos ambientais, resgate de práticas de produção e de conhecimentos tradicionais, diversificação produtiva, práticas de agricultura de base ecológica, estratégias de diferenciação de seus produtos com apelo ecológico e cultural, entre outras. Neste sentido, suas ações podem ser pensadas como pertencentes ou associadas ao movimento ambientalista mais amplo que tem assumido diversas facetas nas sociedades contemporâneas (Picolotto e Brandenburg, 2015).

O movimento ambientalista brasileiro surgiu em um momento de mudanças na sociedade e no Estado. A partir do final da década de 1970 surgiram as oportunidades políticas (Tarrow, 2009), isto é, mudanças nas dimensões formais e informais do ambiente político, que aumentaram as possibilidades para grupos sociais que visualizavam problemas ambientais transformassem esta percepção em um problema político e apresentassem um programa de mudanças e algumas ações.

O processo de democratização do país, a convocação de uma Assembleia Constituinte para construção de uma nova carta constitucional e a realização da II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil (Eco-92) em 1992, no Rio de Janeiro, propiciaram as “oportunidades políticas” para a emergência e consolidação do movimento ambientalista brasileiro e a ampla rede de organizações formais e informais que o constituem (Alonso, Costa e Maciel, 2007; Brandenburg, 2002; Valadão e Brandenburg, 2009).

As organizações de agricultores familiares e de assentados de reforma agrária com atuação no estado do Rio Grande do Sul têm dialogado ou mesmo se aproximado de algumas pautas do movimento ambientalista. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul (FETRAF-Sul), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RS (FETAG) – vinculada a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) – e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são atores de representação dos agricultores familiares e assentados que, ao menos desde a década de 1990, com diferentes intensidades, têm procurado incluir essas preocupações em seus programas políticos e demandas (Picolotto e Brandenburg, 2013; Picolotto e Piccin, 2008). Da mesma forma, têm orientado cada um a

sua forma, ações práticas para suas organizações locais (sindicatos, associações, cooperativas, etc) e agricultores de sua base social no sentido da conversão de suas práticas produtivas para padrões de agricultura ecológica.

Uma das fontes de inspiração para pensar novas formas de produção e relação com a natureza foi buscada nas experiências do passado dos agricultores (anterior à modernização). Este resgate foi buscado na região Sul em especial nas práticas de um grupo específico de agricultores, os chamados colonos. Os colonos são entendidos como os descendentes de imigrantes europeus (alemães, italianos, poloneses, entre outros) que formaram colônias a partir de meados do século XIX e início do XX nas regiões de matas não apropriadas pelas grandes explorações agropecuárias. Nessas regiões, desenvolveu-se a pequena propriedade e um formato de exploração agropecuária diversificada, dedicada à subsistência familiar e ao comércio de alguns produtos agropecuários (Roche, 1969; Picolotto, 2011).

Com o processo de modernização da agricultura, promovido pelo Estado nas décadas de 1960-80, os colonos foram incentivados a abandonar as formas tradicionais de produção, a adotar novas técnicas, consideradas mais modernas e eficientes, e acabaram se especializando na produção de poucas culturas e criações (como soja, trigo, uva, suínos, frangos, entre outras). Com a crise econômica do final da década de 1970 e início da de 1980, que atingiu fortemente a agricultura, muitos destes colonos que haviam seguido as orientações do Estado (mesmo que parcialmente) enfrentaram grandes dificuldades para se manter na atividade e muitos não encontraram outra alternativa que não fosse migrar para as cidades ou entrar na luta por terra (Brum, 1988; Schmitt, 2001; Valadão e Brandenburg, 2009).

Foi neste contexto de desgaste do modelo de produção agrícola considerado moderno, de construção de oposição às grandes obras realizadas em nome do desenvolvimento nacional (barragens, estradas etc.), de crise do regime militar, do processo de abertura política e redemocratização do país e da realização da Eco 92 que os movimentos sociais do campo tiveram a oportunidade de também discutirem a situação da agricultura e a sua relação com o tema ambiental. Alguns laços foram estabelecidos com o movimento ambientalista, em especial com a perspectiva de incorporar nos programas políticos destas organizações de agricultura a perspectiva de ecologização da agricultura.

Acompanhando estes processos mais amplos e visando gerar respostas às necessidades dos pequenos agricultores, surgiram iniciativas de diversificação da produção, tecnologias alternativas, experiências de agricultura de base ecológica, uso de sementes e insumos próprios, etc. Surgiam como uma forma de reação às consequências negativas de modernização da agricultura e como forma de encontrar novos caminhos para os pequenos



agricultores. Algumas formas de desenvolver práticas agrícolas de maneiras mais autônomas e equilibradas com a natureza puderam ser buscadas nas suas experiências do passado, do período anterior à modernização da agricultura.

Aparentemente, a partir de uma síntese entre o resgate de práticas antigas, novas preocupações com o ambiente e conhecimentos técnico-científicos, foram formadas as bases do que se chamou de agricultura alternativa ou tecnologias alternativas na década de 1980 e que vêm sendo associadas no período mais recente à agricultura ecológica (também chamada pelas organizações de agricultores de agricultura orgânica ou agroecológica).

Este modo de entender as experiências de tecnologias alternativas e de agricultura ecológica dos agricultores no Sul do Brasil – na medida em que foram buscar formas de produzir do passado dos colonos e são pensadas a partir das dificuldades enfrentadas no período contemporâneo – pode ser compreendido como uma maneira de reinterpretar ou dar novos sentidos às formas tradicionais de produzir do grupo social, atualizando-as positivamente.

Ao resgatar práticas do passado, ressignificadas com questões do tempo presente (preocupações ambientais), os agricultores buscaram alcançar um espaço na sociedade atual para os agricultores familiares e pensar, a partir de sua experiência enquanto grupo social, um novo modelo de agricultura com menores impactos no ambiente (Thompson, 1987).

Da confluência entre a experiência social e produtiva do grupo social e as preocupações ambientais contemporâneas constituíram-se articulações entre organizações de representação de agricultores, setores da Igreja Católica e Luterana – influenciadas pela teologia da libertação – e ONGs que buscavam formas de reinserir os colonos na sociedade nacional ao mesmo tempo em que se preocupavam com as questões ambientais.

Nos documentos das organizações, a agricultura familiar é apresentada como o setor social que pode constituir uma relação mais harmoniosa entre homem e natureza, produzir alimentos diversificados e com qualidade para o povo brasileiro e conjugar as intenções de desenvolvimento agrícola com o respeito à natureza e às culturas locais (FETRAF-Sul, 2010; CONTAG, 2013; MST, 2009).

O presente artigo objetiva analisar o processo de incorporação da dimensão ambiental pelas organizações de representação de agricultores familiares e assentados de reforma agrária na região Central do Rio Grande do Sul entre os anos 2000 e 2015. Para realização dos investimentos de pesquisa que deram base para as reflexões aqui apresentadas foram realizadas entrevistas com lideranças do MST, da FETAG e de cooperativas de agricultores familiares que atuam na região Central do RS com a finalidade de compreender as diferentes

facetas do discurso atual que envolve a questão ambiental no meio rural e o que ele significa para estas organizações, do ponto de vista da construção de estratégias de reprodução para seus associados. As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2013 e 2015 e a coleta e análise documental ocorreu no mesmo período.

A elaboração do artigo contou com a consulta à literatura existente sobre o tema, análise de documentação e de entrevistas com lideranças das organizações de agricultores da região que tem vínculos políticos com as organizações de representação de âmbito estadual e nacional (FETAG/CONTAG, MST e FETRAF).

## **2. As organizações de agricultores familiares e assentados do Centro do RS**

As atividades de pesquisa revelaram que organizações de representação de agricultores familiares e assentados que têm atuação destacada na região Central do estado são: a FETAG que congrega uma gama de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), em âmbito municipal, e está presente em praticamente todos os 19 municípios da região; o MST que articula os assentamentos de reforma agrária e está presente nos municípios de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Tupanciretã, entre outros; e a FETRAF, que tem pouca expressão na região, e só atua no município de Dilermando de Aguiar, onde possui um sindicato de trabalhadores na agricultora familiar (SINTRAF).

Em nível local também são importantes algumas organizações cooperativas de agricultores que atuam em áreas específicas, como a organização da produção, a comercialização e prestação de serviços de assistência técnica para agricultores familiares e assentados. Dentre essas estão a Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos, vinculados ao Projeto Esperança (COOPESPERANÇA) e a Cooperativa de Produção e Desenvolvimento Rural dos Agricultores Familiares (COOPERCEDRO) com sede em Santa Maria e a Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra (COPERTERRA) com sede em Tupanciretã.

A COOESPERANÇA surgiu a partir de um grupo formado por integrantes de projetos sociais da Arquidiocese de Santa Maria chamados Projeto Esperança que atuavam segundo orientação da teologia da libertação e agricultores familiares da região no final da década de 1980. Por ação deste grupo foi constituída uma cooperativa em 1989, a Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos vinculados ao Projeto Esperança, que mais tarde assume o nome de COOESPERANÇA.

Teve como meta organizar em forma de cooperativa os produtores participantes do Projeto Esperança (Colomé, 2013). Uma das suas principais ações diz respeito à construção de um terminal de comercialização direta no início dos anos de 1990 em local cedido pela Igreja. Segundo apontado por Colomé (2013, p. 74), com esta iniciativa “se buscou fortalecer a comercialização direta, na qual os próprios produtores realizariam a venda dos produtos e não por funcionários contratados”.

A COOESPERANÇA não tem vinculação oficial com organizações sindicais, mas mantém laços de colaboração tanto com o sindicalismo da FETAG e da FETRAF, quando com movimentos sociais do campo como o MST e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). Muitos dos agricultores de sua base são filiados a estas organizações.

A COOPERCEDRO é uma associação de produtores que visa promover a organização no que se refere aos canais de comercialização e a produção agrícola em geral. Desde 2006, a COOPERCEDRO vem atuando em Santa Maria, visando mobilizar e organizar os agricultores familiares do município e região. A cooperativa foi criada por agricultores com apoio da prefeitura municipal da época para que fosse possível que no município se pudesse acessar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pois segundo aponta Carvalho (2012, p.214), carecia em Santa Maria de uma “organização de agricultores familiares, que se caracterizasse pela produção diversificada, principalmente de hortifrutigranjeiros.

Esta cooperativa tem atuado centralmente na organização da produção, na assistência técnica e na viabilização de canais de comercialização para os agricultores familiares da região através dos mercados institucionais (como o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escola - PNAE). Atualmente a cooperativa tem cerca de 120 agricultores familiares associados. Esta cooperativa também não tem relações oficiais com nenhuma organização sindical, mantém, por outra parte, laços com elas por fazer parte de uma rede de cooperativas da agricultura familiar que se relaciona com o sindicalismo da FETRAF e da FETAG.

A COOPERTERRA foi uma cooperativa de produção agropecuária formada em 2001, por um grupo agricultores assentados da reforma agrária, vinculada ao MST, dos municípios de Pinhal Grande, Joia, Julio de Castilhos e de Tupanciretã e possui cerca de 300 associados. Tendo como objetivo auxiliar os produtores através da venda coletiva de seus produtos, sua principal atividade é o apoio à produção de leite nos assentamentos. A sua infraestrutura conta com uma agroindústria de armazenamento e distribuição de leite, um escritório administrativo e uma loja para a venda de produtos e utensílios agropecuários (Barcellos, 2010).

Por meio de uma parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) a COOPERTERRA manteve um convênio para produzir os produtos da marca Uni/UFSM de 2009 até 2014 (quando o convênio foi encerrado), utilizando as instalações da Usina Escola de Laticínios da UFSM. Na ocasião, 97% da produção era destinada para o consumo escolar e os outros 3% eram destinados para hospitais, presídios e para postos de vendas. O próprio Hospital Universitário da UFSM (HUSM) foi um dos beneficiados por meio do Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal.

O convênio entre a Cooperterra e a UFSM foi encerrado em junho de 2014, depois que o Ministério Público Federal (MPF) e Polícia Federal (PF) apuraram que o leite produzido estava sendo fraudado, misturado com água. A UFSM determinou que a Cooperterra fizesse as adequações de acordo com os padrões de qualidade exigidos por lei. Após as adequações, a produção que chegou a 8 mil litros processados diariamente, caiu para 2 mil litros, levando a cooperativa a desistir do contrato com a UFSM. A Usina de Laticínios da UFSM está fechada desde então.

### **3. Modernização da agricultura, condicionamentos das monoculturas e alternativas visualizadas**

Desde a década de 1970, ocorreram profundas transformações no meio rural brasileiro, conduzidas centralmente pela ação estatal. Segundo Gonçalves Neto (1997, p. 224-225), se de um lado, ocorreu a “transformação da base técnica em boa parte do setor agrário, no que se convencionou chamar de modernização desigual”, privilegiando os grandes proprietários de terras; as culturas voltadas para o mercado externo; as regiões mais desenvolvidas do centro-sul. Por outro lado, este processo promoveu a formação dos complexos agroindustriais – constituídos por um conjunto de empresas de produção de insumos modernos, máquinas, equipamentos, fertilizantes, defensivos, medicamentos veterinários, etc – e empresas para compra, transformação e comercialização da produção agrícola, antes de atingir o consumidor, situadas a jusante do setor.

No Rio Grande do Sul, este processo de modernização promoveu grandes mudanças no modo de produzir e de viver dos agricultores, com destaque para a especialização produtiva (principalmente nos cultivos de trigo, soja, milho, arroz e fumo) e a modernização tecnológica das lavouras com o uso de maquinários, agroquímicos e sementes híbridas (Brum, 1988; Schmidt, 2001).

A política agrícola beneficiou, sobretudo, as culturas denominadas dinâmicas, aqueles produtos mais diretamente ligados à indústria e à exportação, em detrimento dos cultivos de subsistência. Muitas áreas destinadas ao cultivo de produtos alimentícios básicos foram substituídas por lavouras de monocultura, para o suprimento de agroindústrias ou do mercado externo. Este formato de agricultura passou a produzir, em grande escala, aquelas culturas cujos preços altos no mercado garantiam lucro certo em tais empreendimentos.

O Estado estimulou esses setores competitivos, praticamente abandonando culturas como feijão, mandioca e arroz, que compunham a base da alimentação dos brasileiros. Outra face deste mesmo processo foi o maior êxodo rural que o país já teve, provocado pela modernização que conservou intacta a concentração de terras, reduziu as oportunidades de ocupação rural e acabou gerando um grande fluxo migratório para as cidades (Martine e Garcia, 1987; Valadão e Brandenburg, 2009).

Este processo de modernização centrado na utilização de novas tecnologias e com um direcionamento para os cultivos de commodities para exportação produziu a especialização dos agricultores em poucos cultivos e o aparecimento de monoculturas.

Analisando os depoimentos dos dirigentes das organizações pesquisadas na região Central do RS pode-se perceber a tentativa de todos em questionar o fortalecimento das monoculturas, especialmente pela necessidade que gera de utilização do pacote tecnológico da modernização (sementes, insumos e máquinas modernas).

Para além do impacto ambiental, este pacote gera uma forte dependência e subordinação dos agricultores para com as empresas detentoras das tecnologias. Relacionado a esta situação, outro problema apontado diz respeito às dificuldades de construir outros canais de mercados alternativos, pois quase toda a estrutura dos mercados locais está focada na comercialização de commodities. Este estrangulamento das possibilidades produtivas é percebido pelas lideranças do MST e da FETAG entrevistadas. Moacir, dirigente do MST, afirma:

Hoje [...] nós enfrentamos a grande monocultura, que é a soja, etc... O leite hoje também está virando monocultura, isso só tem comércio pra essas grandes monoculturas. Na agricultura familiar hoje, pra você plantar um hectare de feijão você não consegue vender, porque os mercados aqui não são preparados pra isso, são preparados pra soja, pra trigo e essas coisas...

Esta percepção acerca das diversas problemáticas, tanto ambientais quanto econômico-sociais, geradas pela expansão em larga escala da monocultura, é visualizada também nos debates do sindicalismo rural. A falta de opções econômicas e de mercados que estejam

adaptados à realidade da agricultura familiar evidencia muito mais o problema do êxodo rural. Neste sentido, é apontado que várias localidades da região passam por problemas de esvaziamento e de envelhecimento da população, onde a agricultura de base familiar vai, gradativamente, sendo excluída do processo de reprodução social e econômica.

O grande está engolindo o pequeno, vamos usar uma expressão bem rústica assim da agricultura e do palavrado do homem do campo. Com o negócio da soja, com esses valores, das commodities. O grande está comprando os 15, 20, 30 hectares... Toda semana o pessoal da serra tá me ligando onde tem terra pra cá, às vezes tem uma tirinha estreita no meio de dois grandes produtores que usam produtos e avião. Eles me dizem: ou eu saio e vendo, ou eu termino de morrer aqui, a gente não tem outra alternativa e essa é a realidade [...] Então ele acaba sendo pressionado, tem muitos que estão resistindo, mas não vão resistir por muitos e muitos anos não. Dai acabam saindo ou estão procurando outras regiões né, ou estão saindo, se são aposentados estão vindo mais pra alguns municípios ao redor né. Formando núcleos, alguns distritos (Dirigente da FETAG).

As mesmas lideranças, ao mesmo tempo, em que fazem estes apontamentos sobre as dificuldades causadas pelas monoculturas e a situação de dependência do agricultor, apontam algumas alternativas que têm experimentado para criar espaços de autonomia. Moacir (MST) aponta a diversificação de atividades e a produção de alimentos como alternativas para superar esta condição de subordinação dos agricultores:

A gente está aí num grande debate de mudar essa realidade e partir pra produção de alimentos, que é uma grande bandeira do Movimento nos últimos anos. Com um pouco de ajuda das políticas governamentais que é o PAA, PNAE e essas coisas... Que está dando uma luz pra nós, nós temos que mudar um pouco.

O caso da COOPERTERRA é central nesta análise, pois a partir do aperfeiçoamento das estratégias de beneficiamento e comercialização da produção houve um fortalecimento da organização e até mesmo um aumento no número de associados a ela. Uma das questões que baliza este processo é o fato de a COOPERTERRA ter realizado uma parceria para o uso das instalações da Usina Escola de Laticínios nas dependências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), espaço que acaba potencializando tanto o beneficiamento, quanto a comercialização dos produtos derivados do leite, o que traz maior segurança e renda aos assentados e tem permitido à Cooperativa expandir sua base de associados também para agricultores familiares produtores de leite da região. Como relata o dirigente entrevistado:

Hoje nós temos várias famílias de pequenos agricultores que são sócios da cooperativa, que não são assentados e entregam leite pra cooperativa, fazem parte da organização. As vezes participam até mais do que o cara que é assentado. Tem pessoas assim, que vem, vê como funciona e acaba se inserindo, é um processo legal e que é de inclusão social na verdade (Moacir, MST e associado da COOPERTERRA).

É neste cenário que se faz importante a análise da forma com a qual as organizações de agricultores familiares trabalham a temática da matriz de produção atual de seus associados, levando-se em consideração os desafios colocados em torno de uma produção agrícola com menores impactos no ambiente e que tenha a capacidade de produzir alimentos saudáveis e baixos custos à população, ao mesmo tempo em que promova boa rentabilidade econômica aos agricultores familiares. Cabe analisar de que forma este discurso é empreendido na prática dos agricultores.

#### **4. A ecologização da agricultura no Centro do RS, as oportunidades geradas e a estratégia de diversificação produtiva**

No contexto em que são apontados diversos problemas para a reprodução da agricultura familiar, em que aparece a dependência da agricultura à indústria de insumos e os condicionamentos que o mercado impõe aos agricultores para a produção de poucas commodities, surge como um grande desafio para as organizações de agricultores familiares e assentados a busca de alternativas para construir espaços de autonomia produtiva e de comercialização. Neste sentido, atentas ao debate contemporâneo em torno da questão ambiental e da produção agrícola, tem ganhado relevância a busca da construção de experiência de agroecologia.

Se do ponto de vista acadêmico, a agroecologia é entendida como enfoque científico destinado a dar subsídios para a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis (Sevilla Guzmán, 2000; Caporal et al. 2011), para as organizações de agricultores os sentidos atribuídos a esta categoria normalmente são mais amplos e aplicados às suas próprias experiências e práticas de agricultura que rompem em alguma medida com os modelos convencionais.

Segundo aponta Almeida (2003, p.505): “a agroecologia substituiu, pouco a pouco, a noção-chave (e, reconhecidamente, um pouco fragmentada) de ‘tecnologia alternativa’, muito em voga no período de meados da década de 70 até o final da década de 80”. A noção de agroecologia veio a substituir outras que eram usadas com sentidos semelhantes pelos movimentos, mas veio também dar novos contornos para as experiências e os programas políticos destes atores. Passa a ser pensada não somente como uma intervenção técnicas

localizada, mas a ter presente dimensões sociais e culturais e estimular a formulação dos seus programas políticos de desenvolvimento rural (Almeida, 2003).

Neste sentido, pode-se perceber a busca de construção de propostas de uma produção agrícola de outro tipo na região Central do RS. O desejo das organizações de agricultores de diversificação da produção está intrinsecamente ligado ao anseio pela produção ecológica. Esta meta vem também da busca por construir maior espaço de autonomia nas unidades de produção familiares, objetivando que este processo seja sustentado na possibilidade das famílias produzirem alimentos saudáveis, preservando o ambiente. Como relata uma liderança:

A gente está vendo que a alimentação no país, está sendo uma das principais pautas hoje, que é a produção de alimentos. Hoje está em falta o alimento no mundo todo, está custando caro as vezes pra família os alimentos e nós temos terras ociosas aí pra produzir e que estão plantando outros alimentos que vai pra produção de ração pros bichos e não pra alimentação humana [...] o Movimento assumiu como uma bandeira isso. Pra produção ecológica, o orgânico demora mais, mas a ideia é a transição pro orgânico. Isso pra melhorar a saúde das famílias, a renda das famílias mesmo, porque é um produto mais... E principalmente pra família ter um produto mais saudável e vender o excedente. [...] A agroecologia é uma das bandeiras do Movimento desde o princípio do Movimento. É “ocupar, resistir e produzir” e é produzir pra agroecologia (Moacir, MST).

O MST vem adotando preocupações com questões ambientais, segundo Costa Neto e Canavesi (2002), desde seu I Congresso Nacional (em 1985); porém, neste Congresso as indicações de preocupação ambiental eram ainda tímidas. Dez anos depois (1995, em seu III Congresso Nacional) o MST divulgou a “visão de um novo tipo de reforma agrária”, que incorporava preocupações ambientais. Porém, segundo indicação destes autores, foi somente a partir do ano 2000 (no IV Congresso Nacional) que o MST passou a comprometer-se mais fortemente com a perspectiva da “reforma agrária agroecológica” (idem.).

A proposta de Reforma Agrária Popular, que vem sendo discutido nos últimos anos no Movimento, estabelece que uma das medidas fundamentais para organização da produção passa por:

Promover uma agricultura diversificada, rompendo com a monocultura, buscando promover uma agricultura sustentável, em bases agroecológicas, sem agrotóxicos e transgênicos, gerando uma alimentação saudável. Que este novo modelo produtivo, gere também uma nova base alimentar e novas formas de consumo, equilibrada e adequada aos ecossistemas locais e culturalmente adequada (MST, 2009).

No VI Congresso Nacional (realizado em fevereiro de 2014) o MST assumiu oficialmente o objetivo de realizar uma Reforma Agrária Popular, entendida não somente como a luta por acesso à terra e a sua distribuição segundo critérios mais justos e



democráticos, mas como uma luta que assume outras dimensões, tais como expresso nas declarações de suas lideranças:

É necessário democratizar o acesso à terra, garantir o acesso aos recursos naturais e a produção de alimentos saudáveis. Para isso, é preciso investimento em uma nova matriz tecnológica, a agroecologia, além de uma política de soberania alimentar e uma assistência técnica de qualidade para os produtores (Diego Moreira, da Coordenação Nacional do MST, In: Vermelho, 2014).

Precisamos discutir agroecologia com a sociedade. Não é a agroecologia para produzir bonito sem agrotóxico no vaso no fundo de quintal. Temos que produzir numa perspectiva agroecológica para abastecer um mercado consumidor de 200 milhões de habitantes (João Paulo Rodrigues, Coordenação Nacional do MST, In: Repórter Brasil, 2014).

Estas declarações mostram que o tema da produção agroecológica, a preocupação com a preservação dos recursos da biodiversidade e a oferta de alimentos de qualidade para a sociedade são temas centrais da proposta de reforma agrária popular defendida pelo Movimento. Este tema está no centro de seu programa político e de agricultura. São as orientações que passa para organizar a produção dos assentamentos e as estratégias de sua inserção nos mercados.

O movimento sindical vinculado a CONTAG também tem procurado incorporar preocupações de ordem ambiental em seu projeto de agricultura. Desde meados da década de 1990 tem direcionado boa parte de suas energias para a formulação do que ficou conhecido como o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural, que vem sendo discutido desde o seu VI Congresso de 1995. Entretanto, foi no VII Congresso da CONTAG, de 1998, que o movimento sindical dos trabalhadores rurais decidiu que adotaria oficialmente a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) como sua prioridade. Destacando que o ponto de partida para construção desse projeto devia ser a “concepção de desenvolvimento, [...] o qual deve incluir crescimento econômico, justiça, participação social e preservação ambiental. Este desenvolvimento privilegiaria o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção da cidadania” (CONTAG, 1998, p.29).

Nas Resoluções do XI Congresso da CONTAG de 2013 são atualizadas estas formulações do PADRS e a perspectiva de construção da agroecologia aparece como um ponto central:

Outro aspecto relevante é a necessidade de se investir na transição para a agroecologia. É preciso considerar as questões que caracterizam a agricultura familiar na atualidade, como as diferentes realidades e especificidades regionais e locais; os sujeitos que a compõem com seus saberes populares, culturas, costumes, crenças, entre outros; e a necessidade de romper com a fragmentação e a indiferença com que o tema ambiental é tratado por alguns. Neste contexto, é preciso dar visibilidade e reconhecer a atuação das mulheres na produção agroecológica,

incluindo dimensões do seu trabalho como a produção nos quintais, a preservação do patrimônio genético, que revelam e reproduzem saberes tradicionais, além de concorrerem para a subsistência da família de modo saudável (CONTAG, 2013, p. 54).

As formulações programáticas gerais destas organizações rebatem nas organizações locais da região Central do RS uma vez que o discurso reproduzido por seus dirigentes locais tem estreita ligação com as estratégias mais amplas das organizações que são vinculados, ainda que guardem algumas particularidades. Este fato chama a atenção também para a ligação entre a demanda ambiental e a agenda política destes movimentos, fato que perpassa por toda análise das suas entrevistas.

Uma questão presente entre as diversas organizações pesquisadas refere-se à preocupação com o uso de agrotóxicos. São vistos como o símbolo da produção de alimentos fora dos padrões de saúde e de agressão ao meio ambiente. Carlos, dirigente do SRT de Santa Maria, vinculado a FETAG, ressalta a grande preocupação com o uso destes produtos:

Se nós não tomarmos, alguma atitude drástica, buscar novas tecnologias, buscar produtos diferenciados, ecológicos, pra que se possa diminuir essa carga de veneno, que se possam usar alguns produtos mais caseiros, alguns fitoterápicos, alguns produtos que tragam menos problemas, não sei o que vai ser do povo brasileiro.

Fabiano, integrante da direção da COOPERCEDRO, também relata a preocupação com uso de agrotóxicos:

É importante a conscientização do agricultor do não uso ou do mínimo uso do agrotóxico pra que a gente tenha uma qualidade satisfatória. Porque a qualidade do produto não está em si só na questão de aspecto, do aspecto final, mas sim de não ter agrotóxicos, que venham a contribuir então com a qualidade final do produto, pra trazer um benefício a saúde de quem recebe esse alimento.

A liderança do MST entrevistada, da mesma forma, relata os riscos que o uso destes produtos tóxicos pode causar à saúde humana:

A nossa grande preocupação é com as doenças que estão vindo. Hoje você não sabe, mas aqui em Tupanciretã tem gente morrendo com trinta e poucos anos. E a gente acredita que grande parte desses problemas aí é questão do veneno [...] eu acho que é uma grande bandeira que vem casar com essa bandeira da luta pela terra (Moacir).

Neste sentido, as orientações de ecologização da agricultura não são percebidas pelas organizações da região somente como restritivas das possibilidades de produção dos agricultores de sua base, mas como formas de preservar a saúde do agricultor e do consumidor, ou mesmo como oportunidades de obter novos mercados e de alcançar valores

diferenciados para seus produtos. Como oportunidades de repensar a agricultura familiar e alcançar novos mercados e novos valores aos seus produtos nestes mercados.

Uma das possibilidades que a produção realizada nos padrões da agroecologia ou dos orgânicos tem oportunizado é uma remuneração diferenciada nos mercados institucionais, como o PAA e o PNAE. Os produtos da agricultura familiar produzidos de forma agroecológica ou orgânica recebem um bônus de 30% em seu valor (Schmitt e Grisa, 2013). Neste aspecto, a COOPERCEDRO tem explorado as oportunidades que estes mercados públicos podem possibilitar, mas as suas lideranças fazem questão de ressaltar que não é somente o elemento econômico que os motiva na busca por produzir alimentos saudáveis, mas sim a preservação do ambiente e a saúde sua e de “seus semelhantes”, como afirma Fabiano:

A própria preocupação com a saúde, que começa lá com o agricultor que não vai estar usando tanto agrotóxico, vai estar manejando o (uso de) agrotóxico. Começa com ele e com o consumidor também. Porque esse é o ponto principal, você pensar lá no seu semelhante que vai estar consumindo um produto mais saudável então, do que a própria questão do retorno financeiro, mas com certeza, ele (produto orgânico) tem também um retorno.

Ao mesmo tempo em que a população em geral almeja uma alimentação saudável e a redução dos impactos ambientais da produção, os agricultores podem compartilhar destes anseios, mudar suas práticas de produção e buscar maior rentabilidade econômica em suas atividades. Neste sentido, as questões que giram em torno do debate ambiental e produtivo desencadeado pelas organizações, envolvem tanto sua inserção em uma determinada base social de agricultores dispostas a realizar a transição para padrões de agricultura ecológica, quanto a sua capacidade para dialogar e construir apoio a estas propostas com amplos setores da sociedade. Sobre estas oportunidades de construir laços sociais com outros setores sociais Moacir (MST) comenta:

Nós temos um debate nos movimentos sociais de entrar nas metalúrgicas, nos sindicatos, onde tem bastante funcionário, que as cozinhas comprem alimentos saudáveis, que os trabalhadores comam produtos saudáveis. Com a ajuda dos bancos, dos governos, pra financiar pro cara se preparar pra isso [...] unificar campo e cidade, trabalhador do campo e trabalhador da cidade. Trabalhador da cidade é que nem nós no campo, está trabalhando pra conseguir sobreviver e daí está comendo produtos que vem lá não sabe de onde, importado, produzido não sei por quem, sabendo que tem o produto bom que a gente pode vender, dos assentamentos, dos índios, quilombolas. Pode produzir e entregar. Isso nos libertava do institucional, que as metalúrgicas vão comprar direto, não vamos depender do governo daí pra nós sobreviver [sic].

Estas constatações mostram a importância que o movimento de ecologização da agricultura está colocando o debate com amplos setores da sociedade a respeito da temática ambiental na agricultura e a qualidade dos alimentos. Mostra como percebem que o estabelecimento destes laços de cooperação com outros setores sociais pode ser um caminho para viabilizar a produção de produtos agroecológicos, dando maior renda para os agricultores assentados e também uma forma de conquistar aliados sociais para a causa da valorização dos alimentos saudáveis.

Esta estratégia tenta juntar os anseios da população urbana por alimentação saudável e preocupada com a preservação dos recursos naturais com as preocupações das organizações de agricultores com a diversificação da produção, com a produção de alimentos saudáveis, com a agroecologia e a criação de canais de mercados que permitam maior autonomia dos agricultores frente às grandes empresas.

## **5. Feiras, produtos coloniais e relações de confiança**

A valorização social dos produtos e das práticas agrícolas que seguem padrões de produção que respeitam o meio ambiente acaba colocando em evidência possibilidades de relações sociais de novos tipos entre produtores e consumidores. Um dos artifícios que os consumidores podem fazer uso para ter maior segurança sobre as formas de produção e as origens dos alimentos são os selos de certificação que são expedidos para produtos orgânicos e agroecológicos e que são mantidos por empresas de certificação especializadas.

O consumidor não tem acesso direto às características que definem o produto orgânico, ou seja, a ausência de determinados componentes químicos sintéticos. Portanto, o consumidor precisa confiar em intermediários culturais que asseguram a qualidade do produto e dos processos de produção utilizados.

A constituição desses intermediários também envolve a constituição de novos “sistemas peritos” (Giddens, 1991), com excelência técnica e competência profissional para sustentar as representações constituídas em torno do consumo dos alimentos orgânicos. Esses sistemas constituem os fundamentos dos mecanismos de certificação, definindo as normas, os procedimentos e padrões daquilo que se convencionou como produção orgânica.

Para definir a qualidade do alimento orgânico, esses sistemas transformam os atributos qualitativos em um conjunto homogêneo de medidas objetivas passíveis de codificação e mensuração. A qualidade passa a ser percebida como uma característica intrínseca ao bem (ou

processo de produção) e, ao fim e ao cabo, transformada em uma quantidade (nível de contaminação, volume, peso, produtividade, índice de matéria seca etc.) (Niederle e Almeida, 2013).

Este processo de certificação operado por empresas especializadas ainda é uma realidade distante da grande maioria dos agricultores familiares por razões de ordem técnica e econômica. Visando criar instrumentos de certificação autônomos, algumas organizações de agricultores ecologistas têm desenvolvido outras formas de garantir a procedência segura dos seus produtos. O sistema participativo de garantia mostra-se, em muitas de suas características, antagônico ao modelo amparado em inspeção por terceiros (de fora). Nele, não há repartição entre verificados e verificadores e as garantias dão-se na forma de responsabilização coletiva e controle participativo por parte daqueles que estão diretamente envolvidos e de atores sociais parceiros (agricultores, consumidores, mediadores). O exemplo mais conhecido de certificação participativa no Sul do Brasil é desenvolvido pela Rede Ecovida de Agroecologia (Radomsky, 2013).

Seguindo esta perspectiva, em diversos municípios da região Sul do país tem emergido instrumentos de caracterização da produção familiar que busca diferenciar seus produtos e obter reconhecimento de sua qualidade junto ao consumidor, seja pelas suas características de respeito ao ambiente e a saúde humana, como os produtos orgânicos e agroecológicos, seja pelos seus vínculos com a cultura local, como os produtos coloniais.

Diversas organizações de agricultores têm realizado trabalhos de resgate e valorização dos produtos coloniais em toda região Sul do país. Por produtos coloniais, entende-se os produtos “tradicionalmente processados no estabelecimento agrícola pelos ‘colonos’ para o autoconsumo familiar” (Dorigon e Renk, 2011, p. 102), tais como derivados da carne suína (salames, morcilha, copa, queijo de porco), derivados do leite (queijo colonial, dentre outros), doces e geleias de frutas, conservas de hortaliças, massas e biscoitos, açúcar mascavo, sucos e vinho, dentre outros.

A valorização recente destes produtos elaborados de maneira artesanal (tradicionalmente feitos para o autoconsumo das famílias) evidencia uma das formas de dar “valores positivos” (Honneth, 2009) para a agricultura familiar, para suas raízes e seus produtos típicos que passam a encontrar mercados locais e regionais em consumidores que, muitas vezes, tem ou tiveram alguma relação com o meio rural e também valorizam ou passam a dar valor a estes produtos. Longhi e Santos (2003) apontam que as feiras locais de produtos ecológicos e/ou coloniais, realizadas em muitos municípios da região Sul pelos próprios agricultores, cumprem o papel de resgatar e estimular o consumo de produtos

artesanais típicos do grupo dos colonos. Estas iniciativas se contrapõe a tendência contemporânea “da artificialização e alienação consumista promovida pelos sistemas de comercialização mercantis” (Longhi e Santos, 2003, p.9).

Em Santa Maria este trabalho de valorização dos produtos coloniais está no centro da estratégia de viabilização de um canal alternativo de comercialização para os produtos da agricultura familiar. A COOESPERANÇA mantém um espaço de comercialização direta, onde os agricultores comercializam seus produtos para os consumidores, desde o início dos anos 1990. Este espaço é chamado de Feirão Colonial. Nesta feira, que ocorre aos sábados pela manhã – mesmo que o foco seja os alimentos, também são ofertados outros produtos como artesanato, mudas de plantas, livros, entre outros – os produtos alimentícios são apresentados como produtos coloniais. O apelo para uma ligação com uma forma de fazer, um saber fazer, tradicional do grupo social dos colonos é percebido como um valor positivo.

Em uma entrevista realizada com um produtor de doces de frutas (schimier ou chimia) desta feira, fica evidente a diferenciação que é construída quando se compara os produtos coloniais aos produtos industrializados:

O produto do mercado que vem de agroindústrias grandes, que não são familiares, agroindústrias grandes. Só você pegar um pote de schimier das minhas coloniais e abrir e abre um do mercado que é de uma agroindústria grande. Só no abrir, no cheiro você vai notar, a gente trabalha com mais fruta... Você usa mais fruta, cozinha em quantidades pequena, dá mais sabor. Não tem, tem vários fatores. E não usa conservante, não usa produto químico nenhum, é só a fruta, açúcar, cozimento e vai no pote e deu. E no mercado não, nas agroindústrias grandes eles botam conservantes, que ele tem que conservar tanto tempo pra não perderem, em quantidade e aí botam conservante, não tem gosto, ele perde o gosto (Gabriel, agricultor familiar, feirante).

O depoimento ressalta as diferentes qualidades de cada produto e o potencial que os produtos da agricultura familiar podem ter, desde que se diferenciem dos produtos das grandes empresas. A forma de produzir da agricultura familiar se diferencia tanto por ser produzida de forma ambientalmente correta, quanto por resgatar positivamente elementos culturais do grupo social dos colonos.

A valorização dos produtos elaborados de maneira artesanal (segundo formas tradicionais de produzir herdadas dos antepassados, os colonos) evidencia uma das formas de dar valores positivos para a agricultura familiar, para suas raízes e seus produtos típicos que encontram mercados locais e regionais em consumidores que, muitas vezes tem ou tiveram alguma relação com o meio rural e também valorizam ou passam a dar valor a estes produtos.

Por outro lado, Dorigon e Renk (2011, p.109) chamam atenção que “a aquisição de um queijo, um doce de figo ou um pé de moleque é mais que uma simples compra de algo diferenciado: trata-se de um ato cultural, repleto de representações e significados, de uma volta ao passado, à infância, de valorização de um modo de vida e de resgate ao sentido de pertencimento àquela tradição”. Neste sentido, se (re)constróem vínculos de pertencimento a certa cultura e também de valorização da forma de produzir dos agricultores que passam a dar novo valor às formas tradicionais de elaboração de determinados produtos típicos.

Esta revalorização dos produtos coloniais pode ser interpretada como uma forma de promover “atitudes positivas” (Honneth, 2009) dos próprios agricultores frente a hábitos, formas de produzir e produtos que estes sempre realizavam para o seu autoconsumo, mas que nunca (ou quase nunca) teve um valor específico no mercado. A partir do momento em que o salame ou o queijo colonial passa a ter um valor diferenciado no mercado por ter sido elaborado por uma família de agricultores de forma tradicional, o agricultor enquanto sujeito também passa a ser valorizado pelos consumidores e assumir atitudes positivas frente a si próprio, a sua história e aos produtos que elabora.

Da mesma forma, valoriza os produtos da agricultura saudáveis para a sua própria alimentação. Neste sentido, o trabalho de Brandenburg (2011) na região metropolitana de Curitiba destaca que os agricultores percebem a agroecologia não somente como uma forma de produzir alimentos para serem vendidos, para gerar renda, mas também como uma forma de produzir alimentos saudáveis para o consumo próprio. Em suas palavras: “Não apenas a produção deve seguir princípios da natureza, a alimentação também precisa ser natural”. (Brandenburg, 2011, p. 139).

Esta valorização dos produtos e dos agricultores não veio ao acaso na região Central do RS, mas foi uma construção intencional dos atores envolvidos. Foi um projeto planejado e colocado em prática no Projeto Esperança/COOESPERANÇA. Após fracassos iniciais onde os agricultores somente produziam e entregavam para a cooperativa vender, refletiu-se sobre os motivos do fracasso e se decidiu experimentar uma forma nova de relação produtor-consumidor: a venda direta. “Nós queríamos um produtor organizado na ponta em associações, produto ecológico de qualidade e a venda direta”. (Irmã Lurdes, coordenadora do Projeto Esperança/COOESPERANÇA apud Colomé, 2013, p.73).

As dificuldades iniciais nesta nova estratégia foram muitas, mas as habilidades sociais foram sendo desenvolvidas e novos laços foram estabelecidos com os consumidores urbanos:

No começo não foi muito fácil por que o produtor dizia assim “olha, eu sei produzir, mas não sei vender, não é meu perfil vender”. Então muito produtor não tinha

motivação para fazer essa comercialização. [...] nós argumentamos que seria importante fazer essa venda direta, o produtor em primeiro lugar ele dialogava com o consumidor. Segundo lugar ele teria produtos de qualidade. E preço também. Terceiro lugar ele ia pesquisando o que o consumidor mais queria. Que tipo de produto e qualidade e tudo. Então esse contato direto além de formar uma integração urbana e rural era o caminho planejado. (Idem.)

Este processo pode também ser atestado através do contato e da relação de proximidade construída entre produtor e consumir neste tipo de comércio. A liderança da COOESPERANÇA entrevistada afirma:

O consumidor é um zelador pela ecologia, é um papel muito importante que o consumidor tem, ele olha no olho do produtor e questiona, questiona muito, precisa questionar [...] o consumidor vai lá, porque lá não é o mercado da multinacional, não é o mercado tradicional, já vai lá porque é uma outra proposta (Lucia, COOESPERANÇA).

Esta outra proposta, apontada pela Irmã Lurdes, diz respeito à relação de confiança que precisa ser desenvolvida entre o produtor e o consumidor, para isso, aparecem especialmente critérios de ordem ética e moral que estabelecem os laços de garantia nas transações:

A formação com a lealdade, a transparência, com a honestidade, com a agroecologia, com autogestão, com o consumo ético, como comércio justo, com preços também justos. Então tudo que vem qualificar a vida, nós temos o compromisso social e moral.

Apesar de, na maioria das vezes, estes produtos não possuírem qualquer tipo de certificação oficial que ateste suas características diferenciadas, os laços de confiança que envolvem produtores e consumidores são capazes de garantir os significados e valores diferenciados a estes produtos. Analisar a qualidade como um valor socialmente compartilhado permite acesso a uma nova chave de leitura para compreender os processos de certificação não convencionais.

Niederle e Almeida (2013, p.35-36) destacam que “muitos mercados carregam consigo sinais distintivos que traduzem aos consumidores diferentes formas de enraizamento dos alimentos: social (produto da reforma agrária), ecológico (produto orgânico), cultural (produto colonial)”. O fato de o produto não contar com uma certificação formal deste tipo não significa que ele não possua qualidades diferenciadas: “a qualidade está assentada em valores construídos na relação direta entre produtores e consumidores, de modo que sinais institucionalizados, como os selos e as marcas, são substituídos por relações de confiança e reciprocidade derivadas da concorrência das transações econômicas” (Idem.).

O consumo de produtos coloniais e orgânicos também pode estar associado a uma opção política de engajamento, de consumo responsável (Portilho, 2008), com causas



ambientais, com a busca e o estímulo à produção de alimentos saudáveis ou mesmo de apoio aos agricultores familiares (um apoio financeiro visando contribuir para mantê-los na atividade, produzindo alimentos saudáveis e de forma tradicional). Neste sentido, segundo caracterizam Dorigon e Renk (2011, p.105): “o produto colonial, quando consumido por urbano, pode constituir-se em elemento de resistência, uma recusa à padronização dos produtos industrializados”. Um ato intencional de valorização de determinada forma de produzir e dos agricultores que seguem padrões considerados adequados.

Os produtos orgânicos consumidos em feiras têm sido considerados, como “bens de crença”, pois a sua qualidade não pode ser comprovada pelos consumidores, já que se baseia muito mais na confiança, em um valor compartilhado, sendo essa uma alternativa para o consumidor escolher fortalecer os pequenos produtores locais. Adquire assim uma conotação de consumo como ato político relacionado às escolhas alimentares e o apoio a determinado formato de produção e comercialização, pois vai além da simples preocupação nutricional (Portilho; Castañeda, 2011).

Neste sentido, retomando o tema da transição para padrões de agricultura ecológica que está nos programas das organizações de agricultores que atuam na região Central do RS, a aposta nos produtos coloniais é vista com bons olhos e muitas vezes percebida como uma forma de estimular os agricultores e consumidores a associarem as preocupações ambientais com os produtos típicos da colônia (meio rural), feitos de forma artesanal e com ingredientes naturais. Muitas vezes os produtos orgânicos e agroecológicos são percebidos como sinônimos de coloniais. O produto colonial é percebido como próximo do orgânico ou agroecológico. O colonial é o produto natural, tradicional, da colônia e que é produzido pela família agricultora.

## **6. Dificuldades de realização do projeto de ecologização da agricultura familiar no Centro do RS**

Um dos principais problemas apontados como fator que dificulta a produção de alimentos orgânicos/agroecológicos é a ausência de mercados que tenham capacidade de absorver estes produtos. Como apontado no artigo, existe uma limitação estrutural para comercialização de produtos que fujam das tradicionais commodities valorizadas na região e segundo modelo tecnológico tradicional. Da mesma forma, a entrada e a valorização dos orgânicos nas grandes redes de varejo ainda é incipiente, ao mesmo tempo em que a

estruturação de canais alternativos de comercialização encontra dificuldades estruturais e, em geral, recebe pouco apoio governamental. Além disso, os mercados institucionais são ainda limitados e têm pouca capacidade para estimular a ampliação da produção de alimentos orgânicos.

Outro ponto a ser levantado é a questão das incertezas em relação ao retorno dos investimentos na produção, pois na percepção de uma parcela destes agricultores, a produção convencional traria retornos econômicos mais imediatos e seguros, o que faz com que a agricultura orgânica ou mesmo a produção diversificada seja vislumbrada como um risco, com maiores dificuldades. Como relata Moacir (MST):

A nossa grande dificuldade é a conscientização mesmo da população, porque hoje está mais voltado pro capital, e a soja é dinheiro vivo. Você planta a soja já pode vender, eles já te compram esse ano pro ano que vem. Isso vira dinheiro e o povo caiu nessa, o capital fez essa opção.

Além disso, os depoimentos ressaltam que o esvaziamento e o envelhecimento da população do meio rural contribui para que as famílias apostem em atividades de menor necessidade de força de trabalho envolvida, como a soja, pois a diversificação de atividades e a produção agroecológica requer maior aplicação de trabalho. Ainda que muitas destas famílias reconheçam que a diversificação e a produção agroecológica seja vantajosa do ponto de vista da preservação dos recursos naturais, da saúde humana e possibilita maior renda.

Também ganha destaque a questão que envolve os padrões de produção da região em que está inserida a propriedade, pois muitas vezes o desejo de obtenção de uma produção orgânica esbarra na impossibilidade de isolar uma determinada área agrícola do manejo convencional adotado no entorno. A deriva dos agrotóxicos ocasionada por aplicações de vizinhos, a contaminação pelos transgênicos, a baixa biodiversidade na microrregião da propriedade, entre outros fatores acabam dificultando muitos agricultores de conseguirem concretizar produções de fato orgânicas ou agroecológicas.

Outro fator que limita o desenvolvimento das práticas de agricultura ecológica diz respeito às precariedades da assistência técnica que os agricultores recebem. Normalmente faltam profissionais para dar conta da grande demanda de agricultores e boa parte dos técnicos não possuem conhecimentos específicos em torno da temática da produção ecológica. Sobre esta questão Moacir (MST) relata:

Hoje a nossa grande preocupação aqui é a questão ecológica e ambiental. Se tem um grande debate. Mas é difícil... A assistência técnica [...] vem o pacote eles tem que cumprir, daí acaba sendo a maioria do tempo dos técnicos cumprindo burocracia,

preenchendo papel e sobra pouco tempo pra ir pra fora. Quando se vai as vezes se vai na corrida e acaba sendo uma assistência técnica mais de papel.

As políticas de crédito condicionam a assinatura dos contratos à aplicação das recomendações tecnológicas adequadas para os cultivos almejados, o que na prática acaba sendo um entrave estrutural para adoções de práticas agroecológicas, uma vez que as tecnologias reconhecidas pelos agentes financeiros são as convencionais.

As tecnologias de produção agroecológicas, por serem de sistematização e desenvolvimento recente e com pouco interesse da parte das grandes empresas de insumos, por basearem-se, em alguns casos, em conhecimentos dos agricultores e apenas de forma complementar em conhecimentos científicos modernos, acabam tendo dificuldade de alcançar ampla disseminação e de serem reconhecidas pelos formuladores de políticas públicas e agentes financeiros.

As lideranças locais também apontaram como entraves para o desenvolvimento da produção agroecológica a falta de conscientização dos agricultores. Fabiano (COOPERCEDRO) pondera sobre as dificuldades da produção ecológica, dizendo que:

A produção ecológica mesmo, chegar na sua totalidade, é bem difícil. Tem que ser um processo lento, aos poucos, procurando os produtos alternativos de combate aos insetos, que a gente já tem alguma coisa. Mas a conscientização do agricultor também, porque nem todos eles têm essa conscientização. Porque é muito fácil você chegar e aplicar um produto que vai te dar um resultado imediato de combate, mas que não te dá a segurança de um alimento saudável lá na parte final.

Ou seja, reconhece a própria dificuldade que as organizações têm para conscientizar e motivar os agricultores de sua base para a transição para agricultura ecológica. Neste sentido, deve-se reconhecer também a dificuldade em se promover rupturas no modelo de produção convencional, uma vez que o agricultor ao longo do último meio século assimilou o habitus (Bourdieu, 2011) da modernização, como um conjunto de conhecimentos e padrões geradores e organizadores de formas de pensar, procedimentos práticos de produção e comercialização que orientam sua ação enquanto produtor rural inserido em estruturas sociais e econômicas. Mudanças que visam alterar as disposições sociais dos agricultores em suas formas de produzir e perceber os canais de mercados são muito trabalhosas e requerem muito envolvimento das organizações envolvidas nestes projetos de ecologização da agricultura.

Comumente são expostos argumentos sobre a necessidade de amplos setores da sociedade apoiarem de forma mais contundente as práticas de agricultura ecológica, dando subsídio para que os agricultores possam promover melhores práticas de produção de alimentos. Neste sentido, é evidenciada a necessidade dos consumidores abrirem mão das

facilidades hoje colocadas para a aquisição de produtos industrializados nas grandes redes de supermercados. Também se chama a atenção para a questão do aspecto e do preço dos produtos, uma vez que os alimentos produzidos sem uso de agrotóxicos teriam maior dificuldade de se conservar por longo prazo nas prateleiras e poderiam ter seus custos de produção elevados. Como aponta Carlos (dirigente de FETAG):

Falta os dois lados, falta o lado de conscientizar o consumidor, porque o consumidor muitas vezes é um dos culpados também, porque ele só compra produto (bonito). Muitas vezes ele come com os olhos, se tiver lá um repolho com um piolhinho, um furinho, muitas vezes ele acaba refugando, e o produto quanto mais bonito, mais veneno ele tem. Então não podemos só culpar o agricultor. Falta é conscientizar quem consome, né? E também quem produz.

Desta forma, as organizações que representam os agricultores familiares procuram compartilhar responsabilidades dos agricultores com outros setores sociais. Compreendem que a conversão ecológica é bastante onerosa e só é realizável com o apoio de um conjunto amplo de atores sociais, do Estado e com a conscientização dos consumidores.

## **7. Considerações finais**

Pelo que foi exposto no artigo pode-se observar que as organizações de representação têm estimulado os agricultores de suas bases a incorporarem preocupações ambientais de diferentes formas e intensidades, seja incentivando os agricultores a construírem a transição para padrões de agricultura ecológica, seja procurando estimular a diversificação da produção como uma forma de promover a sustentabilidade da unidade de produção, a produção de alimentos saudáveis, a redução da dependência a insumos externos às propriedades, a redução do uso de agrotóxicos nas atividades produtivas, entre outras.

A pesquisa também revelou que o entendimento do que vem a ser um produto com contornos “ecológicos” pode ser muito diverso. As margens e limites de caracterização do sujeito ecológico na região não se dão com contornos tão claramente definidos. Isso se expressa tanto na caracterização dos produtos chamados de coloniais como ecológicos, quanto no uso de algumas práticas de manejo que visam mitigar os efeitos da produção agropecuária no ambiente (preocupações ambientais em geral). As características acima mencionadas são claramente evidenciadas tanto no que tange a produção agropecuária propriamente dita, quanto na constituição de redes de mercado alternativas, como os casos das feiras de produtos coloniais.

Mesmo com diversos percalços, observou-se que as organizações têm estimulado a realização de experiências de agricultura ecológica, criando canais alternativos de comercialização como as feiras de agricultores, onde os produtos são comercializados diretamente pelos produtores, onde se percebe claramente a preocupação desses em buscar práticas de agricultura ecológica, muitas vezes estimuladas pela própria relação com o consumidor (que valoriza mais os produtos ecológicos ou coloniais).

É importante observar também que as orientações das organizações sociais mais amplas (como a CONTAG/FETAG, MST e FETRAF) de promover a transição para a agricultura ecológica tem tido certo êxito em influenciar os programas das organizações locais e alguns agricultores em modificar suas práticas. Entretanto, quando se analisa o cenário da agricultura na região, percebe-se que esta transição tem enfrentado fortes dificuldades de ser implementada. O que se observa é que são desenvolvidas algumas experiências de transição entre os agricultores mais receptivos à proposta e as organizações esperam que estas sirvam de modelo para que outros agricultores repliquem estas experiências (consideradas bem sucedidas) em suas propriedades.

As evidências mostram que a transição para padrões de agricultura ecológica não depende só dos agricultores, mas sim de um conjunto de mudanças estruturais, tais como: a criação de canais de comercialização adequados; políticas públicas não restritivas às técnicas agroecológicas; assistência técnica adequada; atitudes mais responsáveis da parte dos consumidores, entre outras. Da mesma forma, esta tarefa não é só dos agricultores, mas deve ser comungada com os diversos setores sociais que se relacionam com a agricultura, onde se espera mudanças nos hábitos alimentares e nos conceitos de consumo. Mudanças estas que possam apoiar a transição para agricultura ecológica.

## Referências

ALMEIDA, Joalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003.

ALONSO, A; COSTA, V.; MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. In: **Novos estudos CEBRAP**, n.79, nov. 2007.

BARCELLOS, Sergio B. **A formação do discurso da agroecologia no MST**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Senso prático**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas, In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº 6, jul./dez. 2002.

\_\_\_\_\_. Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil: o movimento ecológico na agricultura. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol.19, n.1, 2011.

BRUM, Argemiro J. **A Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAPORAL Francisco R. et al. **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Paraná: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2011.

CARVALHO, Ananda de. **Possibilidades e limites do Programa Territórios da Cidadania a partir da sua realização no Território Região Central e no município de Santa Maria/RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, UFSM, 2012.

CASTAÑADA, M.; CASTRO, I.R.R. **A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRRJ, 2011.

COLOMÉ, Felipe. **Gramáticas do Consumo: Consumerismo e engajamento político do Sul do Brasil**. Dissertação (Ciências Sociais), PPGCS, UFSM, Santa Maria, 2013.

CONTAG. **Anais do VII Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Anais do XI Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Brasília, 2013.

COSTA NETO, Canrobert. CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil? In: ALIMONDA, H.(org.). **Ecologia política: natureza, sociedad y utopia**. México: Clacso, 2002.

DINIZ, G. M.; LOPES, M. M.; PELEGRINI, T.; VIEIRA, C. A.; MORO, F.; DORR, A. C. Formação de preço de derivados de leite: um estudo de caso da Usina Escola de Laticínios (UFSM), filial da COOPERTERRA. In: **VI Encontro de Economia Gaúcha**, 2012, Porto Alegre, 2012.

DICIONÁRIO INFORMAL. 2009. Disponível em:  
<<http://www.dicionarioinformal.com.br/schimier>>. Acessado em: abr.2014.

DORIGON, Clovis; RENK, Arlene. Técnicas e Métodos Tradicionais de Processamento de Produtos Coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. In: **Rev. de Economia Agrícola**, v. 58, n. 1, 2011.

FETRAF-SUL. **Documento Base do III Congresso da FETRAF-Sul/CUT**. Erechim, 2010.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

LONGHI A.; SANTOS, M. S. **O CETAP e a biodiversidade. Passo Fundo: CETAP, 2003.** Disponível em: <<http://cetap.org.br/wp-content/uploads/2008/11/o-cetap-e-a-biodiversidade.pdf>>. Acesso em: mar. 2015.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **Impactos sociais da modernização da agrícola**. São Paulo: Ed. Caetés, 1987.

MST. **Nossa proposta de reforma agrária popular**. 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7708>>. Acessado em: abr.2014.

NIERDERLE P.A.; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIERDERLE P.A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós Edições, 2013.

PICOLOTTO, Everton L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado), CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2011.

PICOLOTTO, Everton L.; BRANDENBURG, Alfio. Sindicalismo da agricultura familiar, modelos de desenvolvimento e o tema ambiental. In: NIEDERLE, Paulo; ALMEIDA, Luciano de; VAZZANI, Fabiane. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013, 105-136.

\_\_\_\_\_. Uma grande oportunidade: o sindicalismo e seus projetos de ecologização da agricultura familiar. In: **Ambiente & Sociedade**, v. 18, p. 1-18, 2015.

PICOLOTTO, Everton L.; PICCIN, Marcos B. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? In: **Revista Extensão Rural**, Ano XV, n° 16, 2008,

PORTILHO, Fatima. Certificação e confiança nos orgânicos. In: **Rev. Políticas Públicas**. São Paulo: V. 58, n. 1, p. 11-21, jan/jun. 2011.

\_\_\_\_\_. **Consumidores de produtos orgânicos: discursos, práticas e auto-atribuição de responsabilidade ambiental**. Porto Seguro: ANPAS, 2008.

PORTILHO, Fatima; CASTAÑEDA, Marcelo. Certificação e confiança face a face em feiras de produtos orgânicos. In: **Rev. de Economia Agrícola**. São Paulo, v. 58, n. 1, p. 11-21, 2011.

RADOMSKY, Guilherme W. Certificações, sistemas participativos de garantia e agricultura ecológica: aspectos da relação entre agricultores e consumidores. In: NIERDERLE P.A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós Edições, 2013.

REPÓRTER BRASIL. **MST 30**. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/02/mst-30-anos-estamos-no-canto-do-ringue/>>. Acessado em: mar.2014.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHMITT Claudia J. **Tecendo as redes de uma nova agricultura**: um estudo socioambiental da região serrana do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Sociologia), UFRGS, Porto Alegre, 2001.

SCHMITT, Claudia J.; GRISA, Catia. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise sobre os instrumentos de ação governamental. In: NIERDERLE P.A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. (org.) In: **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós Edições, 2013.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino América. In: **XI Curso Intensivo em Agroecologia: Princípios y Técnicas Ecológicas Aplicadas a la Agricultura**. Rosario, 2000.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (v. 1).

VALADÃO, A. da C.; BANDENBURG, A. A emergência da dimensão ecológica nos assentamentos rurais do MST no Estado do Paraná. In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Rio de Janeiro: 2009.

VERMELHO. **Congresso do MST debate programa alternativo ao agronegócio**, 2014. Disponível em: <["http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id\\_noticia=235621&id\\_secao=8" id\\_secao=8](http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=235621&id_secao=8?id_secao=8)>. Acessado em: mar.2014.